

**15. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA:**

Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, com as áreas de responsabilidade do Planeamento Ordenamento e Mobilidade, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta de prorrogação de conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal de Braga por 24 meses a contar de 9 de janeiro, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta que se anexa.

Nº Informação: 125

Data: 04/01/2021

**Assunto:** Proposta de deliberação para PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO  
PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PDM

A 3ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga iniciou-se com a deliberação de 5 de março de 2018, publicada no Aviso n.º 4132/2018 de 27/03/2018 e Declaração de Retificação n.º 404/2018 de 28/05/2018.

A referida deliberação determinou que o procedimento de revisão estaria concluído até 13 de julho de 2020, traduzindo a vontade de se cumprir o limite legal fixado no n.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJGT.

Ora, por força das limitações impostas pela pandemia, este prazo foi legalmente prorrogado para 9 de janeiro de 2021, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º-D do Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio.

Acresce que foram entretanto identificadas algumas contingências na transposição de novos conceitos legais e sua aplicação ao principal instrumento de gestão do território municipal, a par do surgimento de provas documentais de compromissos assumidos com proprietários cujos terrenos foram de alguma forma afetados com intervenções de iniciativa municipal e que carecem de tempo adequado para serem convenientemente ponderadas e, eventualmente, vertidos para a proposta de plano, o que obrigará ao estudo aturado das consequências da aplicação do regime da reserva de solo e reserva de edificabilidade, do risco de litigância e obrigação de pagamento de indemnizações.

Por outro lado, torna-se necessário aprofundar o conteúdo de um conjunto de documentos estratégicos como sejam a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, a Estratégia de Desenvolvimento Económico e a Estratégia de Paisagem.

Considerando que foi recentemente publicada a Lei n.º 68/2020, de 5 de novembro, que concede ao Governo autorização legislativa para alterar os artigos 36.º e 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, alargando o prazo previsto no n.º 1 do artigo 78.º para transposição do conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território para os planos diretores intermunicipais ou municipais e outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos

especiais e inclusão nestes das regras de classificação e qualificação do solo até 13 de julho de 2021, dispõe agora o Governo de 180 dias para aprovar o diploma que procederá à referida prorrogação.

Por cautela, uma vez que o n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT prevê que o “*prazo de elaboração dos planos municipais pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido.*”

**PROPÕE-SE** que o Sr. Vereador do Planeamento e Urbanismo submeta a presente proposta ao Executivo Municipal para que delibere aprovar a prorrogação do prazo de conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga por 24 meses a contar de 9 de janeiro de 2021.

O Director Municipal da DMUOP,